



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

KAMILA FIGUEIRA REGO

**A CONTRIBUIÇÃO DA COBAL E CONAB PARA O ABASTECIMENTO E
SEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTARÉM-PA**

**SANTARÉM-PA
2025**

KAMILA FIGUEIRA REGO

**A CONTRIBUIÇÃO DA COBAL E CONAB PARA O ABASTECIMENTO E
SEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTARÉM-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, para obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional; Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Ciências da Sociedade.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva.

**SANTARÉM-PA
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

R343c Rego, Kamila Figueira

A contribuição da COBAL e CONAB para o abastecimento e segurança alimentar em Santarém – PA. / Kamila Figueira Rego. - Santarém, 2025.

45 p. : il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Luiz Gonzaga Feijão da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

1. COBAL. 2. CONAB. 3. Abastecimento. 4. Segurança Alimentar. 5. Políticas públicas. I. Silva, Luiz Gonzaga Feijão da, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 363.8098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

No décimo dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, realizou-se a Defesa Pública, na sala 321, BMT 1, Campus Tapajós, da Monografia do(a) acadêmico(a) **KAMILA FIGUEIRA REGO** (matrícula: 2020010330), intitulada A CONTRIBUIÇÃO DA COBAL E CONAB PARA O ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTARÉM-PA, sob orientação do(a) Prof.(a) Luiz Gonzaga Feijão da Silva que compôs a banca examinadora com os professores(as) Inailde Correa de Almeida e Elen Pessoa. O(a) presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do(a) discente e atribuiu o tempo de vinte a vinte e cinco minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se as considerações e arguição da banca e as respostas do(a) discente. Posteriormente, a comissão reuniu-se para deliberar e apresentou o parecer final com a nota 9,5, atribuindo 20 dias para que o(a) discente entregue a versão final corrigida na biblioteca. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.(a) Luiz Gonzaga Feijão da Silva, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

Prof^o Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva – Orientador(a)

Prof^a Dra. Inailde Correa de Almeida – Membro da banca

Prof^a Msc. Elen Pessoa – Membro da banca

KAMILA FIGUEIRA REGO – Discente

Luiz Gonzaga Feijão da Silva
Inailde Correa de Almeida
Elen Cristina da Silva Pessoa
Kamila Figueira Rego

Aos meus pais, Val e José, irmãos Pablo e Kamille, a minha pequena Lorena e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida. Dedico este trabalho ao meu futuro eu, que colherá os frutos desta jornada de aprendizado e crescimento.

AGRADECIMENTOS

Especiais agradecimentos aos meus pais, Val e José, cujo o amor e apoio inabaláveis me proporcionaram a base necessária para prosseguir meus sonhos e explorar novos horizontes. Sua dedicação em me permitir apenas viver e crescer é um presente raro e precioso. Tudo que conquistei na vida, devo a vocês.

À minha irmã, Kamille, que tem sido uma companheira incansável e um modelo de determinação e superação. Busquei ser sempre o melhor espelho possível graças à sua influência inspiradora.

Ao meu irmão Pablo e sua esposa Lane, que me deram o maior presente destes últimos anos: a pequena Lorena, que sempre foi meu ponto de conforto nos dias mais difíceis.

Aos meus colegas de faculdade, que tornaram o processo acadêmico mais leve.

Ao meu professor e orientador Luiz Feijão, que com sua gentileza e grande capacidade me conduziram a realizar um projeto de excelência, sempre incentivando e creditando.

Sou grata pelo incentivo da família e dos amigos.

Mas antes de tudo, agradeço e consagro este trabalho, ao homem que me deu a capacidade de escrever e sonhar, um Messias que sofreu por uma dívida que não era sua, para limpar meu nome. Sem Ele, não haveria eu. Agradeço a minha Mãe Santíssima, pelas interseções atendidas e conforto em toda esta jornada, que em muitos momentos não foi fácil.

“Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas” (RUA, 2000)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar o papel histórico da COBAL/CONAB no abastecimento em Santarém-PA. Estudando as duas companhias, aprendemos que a COBAL atuou diretamente no fornecimento de alimentos subsidiados à população (Políticas públicas distributivas), enquanto a CONAB passou a focar em políticas públicas voltadas ao incentivo da produção da Agricultura Familiar/extrativistas e abastecimento indireto para pessoas em vulnerabilidade (políticas públicas redistributivas), como nos exemplos dos programas de Garantia de Preços Mínimos (PGPMbio) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No entanto, transição da COBAL para CONAB, observamos que a população ficou mais dependente do mercado de alimentos, como previa a modernização da CONAB. Infelizmente, em tempos de crise, o mercado não é a instituição mais eficiente para promover a segurança alimentar e nutricional, como na COVID-19 e na seca de 2023 e 2024 na região do Baixo Amazonas. Os programas como o PAA e o PGPM são fundamentais para apoiar pequenos produtores e o desenvolvimento rural, eles contribuem para o enfrentamento dos problemas de segurança alimentar e nutricional. Assim, A pesquisa conclui que houve uma alteração no escopo da estrutura estatal de abastecimento direto e distributivo (COBAL) para a indireto e redistributivo (CONAB). Um questionamento fica em aberto no trabalho, fruto dos resultados, compreende se a presença física da CONAB, com uma unidade administrativa em Santarém, seria imperativo para uma resposta mais rápida da estrutura distributiva do Estado em caso de crise, como foi da COVID-19 e das crises ambientais provenientes da seca de 2023 e 2024, nos moldes dos atendimentos emergenciais e humanitários que fazem parte de sua competência. Deixamos esse questionamento para instigar novas pesquisas para compreender mais profundamente o Papel da CONAB nas repostas emergenciais a esse tipo de calamidade pública.

Palavras-Chave: COBAL; CONAB; Abastecimento; Segurança Alimentar; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the historical role of COBAL/CONAB in the supply of food in Santarém-PA. By studying the two companies, we learned that COBAL acted directly in the supply of subsidized food to the population (distributive public policies), while CONAB began to focus on public policies aimed at encouraging the production of Family Farming/extractives and indirect supply for vulnerable people (redistributive public policies), as in the examples of the Minimum Price Guarantee Program (PGPMbio) and the Food Acquisition Program (PAA). However, during the transition from COBAL to CONAB, we observed that the population became more dependent on the food market, as predicted by the modernization of CONAB. Unfortunately, in times of crisis, the market is not the most efficient institution to promote food and nutritional security, as in COVID-19 and the drought of 2023 and 2024 in the Lower Amazon region. Programs such as PAA and PGPM are essential to support small producers and rural development, and they contribute to addressing food and nutritional security problems. Thus, the research concludes that there was a change in the scope of the state structure from direct and distributive supply (COBAL) to indirect and redistributive (CONAB). One question remains open in the work, as a result of the results, whether the physical presence of CONAB, with an administrative unit in Santarém, would be imperative for a faster response from the state's distributive structure in the event of a crisis, such as COVID-19 and the environmental crises resulting from the drought of 2023 and 2024, along the lines of the emergency and humanitarian assistance that is part of its competence. We leave this question to instigate new research to understand more deeply the role of CONAB in emergency responses to this type of public calamity.

Keywords: COBAL; CONAB; Supply; Food Safety; Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sede do CIRETRAN em Santarém, antigo edifício da COBAL.	28
Figura 2 - Almoxarifado da Universidade Federal do Oeste do Pará em Santarém-PA, antigo armazém da CONAB.	29
Figura 3 - Matéria G1 Santarém sobre a situação emergencial em Santarém	37

LISTA DE SIGLAS

CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CMN	Conselho Monetário Nacional
COBAL	Companhia Brasileira de Abastecimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFIS	Conselho Fiscal
CONSAD	Conselho de Administração
COVID-19	Coronavírus Disease 2019
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DIREX	Diretoria Executiva
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPMBIO	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAs	Unidades de Armazenadoras
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UR	Unidade Recebedora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. POLÍTICAS PÚBLICAS	15
2.1 Tipos de Políticas Públicas	17
2.2 Políticas Públicas e o Estado.....	19
3. METODOLOGIA.....	20
4. CONHECENDO A COBAL E CONAB	23
4.1 A Importância das Políticas Públicas realizadas em Santarém e a trajetória de Arlindo Soares Pereira e de Raimundo Ferreira da Silva como servidores da COBAL e CONAB.....	25
4.2 A participação da CONAB na segurança alimentar e em políticas públicas na cidade de Santarém, segundo a Superintendente da Companhia no estado do Pará, Rosana Vallinoto	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
APÊNDICE	43

1. INTRODUÇÃO

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), foi criada em 1990. É uma empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Ao longo de sua trajetória, a CONAB se consolidou como um pilar essencial na gestão estratégica da agropecuária, destacando-se pela sua atuação na regulamentação do mercado de alimentos e no suporte à agricultura familiar (PORTAL CONAB, 2017). A Companhia foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem).

Ela é estruturada em órgãos de administração como a Assembleia Geral, o Conselho de Administração (CONSAD), o Conselho Fiscal (CONFIS) e a Diretoria Executiva (Direx). A CONAB coordena ações que visam o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao abastecimento e à promoção da agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, juntamente com a geração de informações agropecuárias, como acompanhamento e avaliação de safra, ao uso de geotecnologias, à pesquisa de preços, ao levantamento de custos de produção e estudos técnicos, além de informações sobre comercialização de produtos hortigranjeiros e análises de mercado agropecuária.

Sua Missão é prover inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de Políticas Públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural. Tem como Visão ser referência como empresa de inteligência, formulação e execução de Políticas Públicas voltadas à agropecuária e ao abastecimento. E entre seus valores, ressaltasse qualidade, regularidade, confiabilidade, responsabilidade, valorização humana, compromisso, comprometimento, ética e transparência (MAPA ESTRATEGICO CONAB, 2019).

A CONAB se destaca na execução de ações e programas de abastecimento social como: Venda em Balcão, Atendimento Emergencial, Ajuda Humanitária Internacional, Doação de Cestas e Distribuição de Cestas. Um dos pontos mais relevantes da CONAB é o Atendimento Emergencial e a Ajuda Humanitária Internacional, que se caracteriza pelas doações de alimentos realizadas em caráter emergencial. A ação é coordenada pelo Ministério do

Desenvolvimento e Assistência Social, Familiar e Combate à Fome (MDS) e tem como objetivo assistir a comunidades que se encontram, por força de adversidades climáticas ou de outra natureza, em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Para isso, a CONAB faz uso de sua agilidade operacional e disponibiliza cestas de alimentos aos coordenadores locais da operação, a partir de estoques estrategicamente posicionados (PORTAL CONAB, 2024).

É importante destacar que a CONAB é a executora da operação de doação de alimentos no âmbito da Cooperação Humanitária Internacional, em atendimento à Lei nº 12.429, de 20/06/2011 (alterada pela Lei nº 13.001, de 20/06/2014). A doação é realizada a partir de demanda do Ministério das Relações Exteriores, desde que não comprometa o atendimento às populações vitimadas por eventos socionaturais adversos no território brasileiro, e ocorre em casos de desastres socioambientais, catástrofes, calamidades públicas e insegurança alimentar e nutricional.

Dentre suas principais iniciativas, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem duas finalidades centrais: promover o acesso das pessoas à alimentação, sobretudo as mais vulneráveis, e incentivar a produção da Agricultura Familiar” (PORTAL GOV, 2024), bem como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que busca assegurar uma remuneração justa para os produtores rurais e garantir a regularidade do abastecimento.

A atuação da CONAB é especialmente significativa na região da Amazônia Brasileira, onde a valorização da sociobiodiversidade e a conservação ambiental são prioridades, integrando-se às políticas públicas de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMbio) (PORTAL CONAB, 2020).

Com base nessas informações institucionais e cientes de que a CONAB mantinha um armazém em Santarém, o trabalho se concentrará entender sua relevância para a segurança alimentar e nutricional historicamente em Santarém, que de forma genérica nos referiremos como abastecimento, no município em questão e no seu entorno. Durante as entrevistas realizadas para compreender nosso objeto, identificamos que uma instituição federal a precedeu em Santarém, e que depois foi incorporada pela CONAB na década de 1990, inclusive, mantendo alguns dos servidores de sua antecessora. Essa instituição

é a Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL. Como iremos apresentar, essa companhia teve uma atuação direta no abastecimento em Santarém nas décadas que antecederam a inauguração da CONAB.

A Companhia Nacional de Abastecimento com sede em Santarém, estado do Pará, possui 31 anos. Foi fundada em 20/08/1992. Sua atual situação cadastral de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) é baixada. O fechamento da Unidade física de Santarém, se deu devido ao processo de desmobilização da rede armazenadora, por conta de uma das estratégias previstas no plano de modernização da empresa. O plano foi aprovado pela Diretoria Executiva com o conhecimento do Conselho de Administração da CONAB. Onde prevê uma menor atuação do governo nos locais onde o setor privado tem maior presença de mercado.

Com base nisso, 27 Unidades de Armazenadoras (UAs) foram desligadas de rede. Sendo 13 foram no região Centro-Oeste, sendo Goiás e Mato Grosso do Sul os estados com a maior quantidade de fechamentos, com 5 e 6 unidades, respectivamente. Nas outras regiões 5 unidades no Sudeste, 4 no Norte (incluindo Santarém), 3 no Nordeste e 2 no Sul (PORTAL CONAB, 2024).

Para a decisão, foram utilizados índices, avaliados de acordo com a sua função voltada para o apoio ao produtor, através de parâmetros como tipo de produto armazenado, taxa média de ocupação de armazém, volume de produção da região que a unidade atende. Para o abastecimento, além dos critérios econômicos, foram consideradas também as questões sociais que tiveram maior peso na avaliação. Esta desmobilização foi feita em etapas, com o corte de gastos sendo aproximados em R\$ 6,2 milhões ao ano, somente com custos operacionais.

Considerando a relevância da CONAB, e depois, por meio das entrevistas, da COBAL, no município de Santarém e no seu entorno, este trabalho tem como objetivo geral analisar o papel histórico da COBAL/CONAB no abastecimento agrícola em Santarém-PA. A pergunta que pretendemos responder é a seguinte: Como a COBAL e depois a CONAB contribuíram com o abastecimento na Cidade de Santarém-PA? Respondida à pergunta, teremos elementos para organizar nossas conclusões e contribuir com o conhecimento sobre o tema.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: inicialmente a

introdução, com uma apresentação breve sobre a Companhia de Abastecimento. Seguido pelo desenvolvimento teórico em relação as políticas públicas e a apresentação dos resultados provenientes das entrevistas e por fim as considerações finais sobre a pesquisa.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas servem de ferramenta para implementar mudanças progressivas na sociedade. Elas podem ser usadas para tratar questões que afetam todos os cidadãos, como a saúde, a educação, o meio ambiente e serviços públicos.

Segundo Secchi (2013) o conteúdo concreto e o conteúdo simbólico de decisões políticas são tratados pelas Políticas Públicas. As políticas públicas são condutas e orientações elaboradas para enfrentar um problema público a atividade ou passividade de alguém. Porém, os autores em geral, não entram em um consenso sobre definição de políticas públicas, ou seja, qualquer definição de política pública é arbitrária, por conta das disparidades de respostas para alguns questionamentos básicos, como: as políticas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? Ou também por atores não estatais? Políticas públicas também se referem a omissão ou a negligência? Ou se apenas diretrizes estruturantes são políticas públicas ou se as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas?

Quanto a definição do conceito é importante observarmos as abordagens estatistas e as multicêntricas. A primeira considera que as políticas públicas, de forma analítica, são exclusivamente de monopólio de atores estatais, nesta, o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do ator protagonista. Por outro lado, a abordagem multicêntrica ou policêntrica, considera organizações privadas, organizações governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, além de também considerar os atores estatais.

Os autores que preferem este lado da definição fazem a atribuição do adjetivo “pública” a uma política quando o problema que se tenta enfrentar é público (SECCHI, 2014). Dye (1972, p.1) afirma que política pública é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não, segundo o autor, a definição dela também abrange a omissão ou a negligência.

Porém, esta parte da definição não se aplica a muitos casos, passando a ser considerada apenas uma falta de inserção do problema na agenda formal. Outro ponto a ser analisado é o dos teóricos que interpretam as políticas públicas como somente macro diretrizes estratégicas ou conjunto de programas.

Nesta interpretação da definição, a “política pública” é estruturante, e os programas, planos e projetos são apenas seus elementos operativos, não podendo ser considerado políticas públicas individualmente, entretanto, esta diretriz exclui da análise as políticas municipais, regionais, estaduais e aquelas intraorganizacionais que também se configuram como respostas a problemas públicos (SECCHI,2013).

Becker (2005), oferece uma visão abrangente e crítica sobre o conceito de políticas públicas. A autora define políticas públicas de maneira a captar a complexidade e a natureza dinâmica desse campo. Para ela, a formulação e a execução de políticas públicas não são tarefas exclusivas do governo. Envolvem uma interação complexa entre vários atores, incluindo órgãos governamentais, a sociedade civil, o setor privado e outras partes interessadas.

Essa interação é crucial para a definição e a implementação eficaz das políticas. Destaca que as políticas públicas devem ser compreendidas no contexto de dinâmicas sociais, econômicas e políticas mais amplas.

As mudanças no contexto social e econômico podem influenciar a formulação e a eficácia dessas políticas, pois as políticas públicas são projetadas para atingir objetivos específicos e resolver problemas sociais. O impacto dessas políticas deve ser avaliado com base em sua capacidade de promover mudanças positivas e atender às necessidades da população.

A avaliação contínua das políticas é fundamental para Becker (2005). A análise dos resultados e do impacto das políticas permite ajustes e melhorias, garantindo que as políticas públicas permaneçam relevantes e eficazes ao longo do tempo, ou seja, não deve haver apenas a implementação, mas também o acompanhamento a longo prazo.

As políticas públicas são resultado de um processo complexo, que inclui a identificação de problemas, a definição de prioridades, a elaboração de propostas e a execução de ações. Esse processo é frequentemente influenciado por fatores políticos, econômicos e sociais, e envolve a participação de diversos atores, como órgãos governamentais, sociedade civil e setor privado. Um ponto

central na definição é a ideia de que políticas públicas são práticas normativas e orientadas para a resolução de problemas específicos. Elas devem ser baseadas em evidências e análises cuidadosas para serem eficazes. Secchi (2013) destaca a importância da avaliação contínua dessas políticas para garantir que elas alcancem os resultados desejados e se ajustem às mudanças nas necessidades da sociedade.

Pode-se considerar que é também um processo dinâmico e multifacetado que busca responder a demandas sociais através de ações governamentais bem planejadas e avaliadas, com o objetivo de promover o bem-estar e a justiça e bem-estar social.

2.1 Tipos de Políticas Públicas

As categorias a seguir de políticas públicas desempenham um papel fundamental na administração e desenvolvimento de uma sociedade, abordando diferentes aspectos da vida pública e econômica. Cada uma com seu próprio conjunto de objetivos e impactos sobre a sociedade.

As Políticas Públicas Distributivas fornecem bens e serviços de uma maneira que o benefício seja amplo para a população, sem buscar diretamente a redistribuição de recursos entre diferentes grupos sociais. Geralmente são financiadas por meio de impostos gerais ou outras fontes de receita pública, algumas áreas de aplicação são em projetos de infraestrutura e serviços públicos que são acessíveis a todos os cidadãos. Como por exemplo, construção de escolas e universidades públicas, para a melhoria do acesso à educação para a população, a construção e manutenção de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, que facilitem o transporte de pessoas e mercadorias, ou no estabelecimento de hospitais e clínicas públicas que fornecem cuidados médicos básicos e emergenciais para todos os cidadãos, assim, é garantido que os benefícios sejam amplamente distribuídos sem discriminação (RUA, 2013).

A alteração da distribuição de riqueza e recursos para a redução das desigualdades econômicas e sociais são características das Políticas Públicas Redistributivas, que utiliza impostos progressivos e transferências diretas para redistribuir riquezas, focando em indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade ou baixa renda. Alguns exemplos de aplicações desse tipo de

política é o Sistema de Previdência Social, que oferece pensões e benefícios para aposentados, inválidos e outros grupos vulneráveis, financiados por contribuições dos trabalhadores e empregadores, o Bolsa Família que é um programa de transferência de renda que fornece assistência financeira para famílias de baixa renda, com o objetivo de melhorar a segurança alimentar e a qualidade de vida. Esse tipo de política visa ajudar a equilibrar as disparidades sociais e promover justiça social, melhorando as condições de vida dos mais pobres e reduz a desigualdade econômica (RUA, 2013).

As Políticas Públicas Regulatórias visam estabelecer e impor regras que regem o comportamento de indivíduos e organizações para proteger o interesse público, utilizando regulamentações, leis e supervisão para garantir o cumprimento das normas, havendo a fiscalização e aplicação das regras, muitas vezes por meio de agências reguladoras especializadas.

Como exemplo, temos as regulações, as ambientais, por exemplo, que são regras para controlar a emissão de poluentes e proteger recursos naturais, como a criação de áreas de conservação e padrões de qualidade do ar e da água, ou as regulações financeiras e de trabalho, que consecutivamente, as financeiras estão voltadas para a operação de bancos e mercados financeiros, incluindo requisitos de capital e transparência, para garantir a estabilidade e proteger os investidores e de trabalho se referindo a legislação sobre salários mínimos, condições de trabalho e segurança no emprego para proteger os direitos dos trabalhadores e garantir condições de trabalho justas. Um dos principais objetivos é o de assegurar que práticas prejudiciais ou abusivas sejam controladas, protegendo a saúde, segurança e direitos dos cidadãos (RUA, 2013).

Um dos principais objetivos das Políticas Públicas Constitutivas é o de criar, modificar ou manter as estruturas fundamentais do governo e da sociedade, com a criação e revisão de constituições, leis fundamentais e estruturas institucionais que definem o funcionamento do governo e a relação entre o Estado e os cidadãos. Normalmente está prática envolve processos legislativos, consultas públicas e debates para garantir a aceitação e a legitimidade das mudanças, como em Constituições Nacionais e reformas judiciais.

Um dos principais impactos que podem ser observados é o de organização e o funcionamento do governo e as regras básicas para a

administração pública, estabelecendo os direitos fundamentais dos cidadãos e as responsabilidades do governo, assim, contribui para a estabilidade política e social ao garantir que as instituições sejam claras e funcionem de maneira eficiente (RUA, 2013).

2.2 Políticas Públicas e o Estado

A relação entre políticas públicas e o Estado é crucial para a organização e o progresso da sociedade. O Estado desempenha um papel central em todas as etapas da criação, implementação e avaliação das políticas públicas, e essa conexão é fundamental para atender às necessidades da população e promover o bem-estar geral.

A formulação de políticas públicas é uma das responsabilidades primordiais do Estado. Este processo envolve a identificação das necessidades e problemas da sociedade, seguido pela criação de diretrizes e estratégias para abordá-los. O Estado, por meio de seus órgãos e instituições, coordena a análise de dados, consulta a especialistas e engaja a sociedade civil para desenvolver políticas eficazes e pertinentes. Esse trabalho é essencial para garantir que as políticas públicas reflitam as reais necessidades da população e sejam capazes de promover melhorias significativas na qualidade de vida (BUCCI, 2006).

Após a formulação destas, o Estado assume a responsabilidade pela implementação das políticas públicas. Isso inclui a criação de programas específicos, a alocação de recursos financeiros e humanos, e a coordenação entre diferentes níveis de governo e instituições. Agências e instituições governamentais são encarregadas de executar as políticas e assegurar que sejam aplicadas de acordo com as diretrizes estabelecidas. A execução eficaz é crucial para transformar as diretrizes em ações concretas que beneficiem a sociedade (BUCCI, 2006).

O Estado também desempenha um papel fundamental na regulação e fiscalização das políticas públicas. Por meio da criação de normas e regulamentações, o Estado garante que as políticas sejam aplicadas corretamente e que os recursos sejam utilizados de forma eficiente. A fiscalização é realizada por órgãos de controle e auditoria, que asseguram a transparência e a responsabilidade na gestão pública. Esse papel regulatório e de supervisão é essencial para a boa governança e para a confiança da

população nas instituições públicas (BUCCI, 2006).

A avaliação do impacto das políticas públicas é outra função crucial do Estado. O monitoramento contínuo e a análise dos resultados permitem identificar áreas que necessitam de ajustes ou melhorias. Com base nessa avaliação, o Estado pode promover ajustes e reformas nas políticas públicas, garantindo que elas permaneçam eficazes e adaptadas às mudanças sociais e econômicas. Esse processo de revisão é vital para a manutenção da relevância e eficácia das políticas ao longo do tempo.

A interação com a sociedade é uma parte importante do processo de políticas públicas. O Estado deve garantir mecanismos para a participação cidadã, como consultas públicas e audiências, para alinhar as políticas com as expectativas e necessidades da população. A transparência e a responsabilidade são essenciais para manter a confiança pública e garantir que as políticas sejam desenvolvidas e aplicadas de forma justa e eficaz (BUCCI, 2006).

Inferese-se que a relação entre políticas públicas e o Estado é fundamental para o desenvolvimento e a justiça social. O Estado é responsável por formular, implementar, regular e avaliar as políticas públicas, sempre com o objetivo de promover o bem-estar geral e o desenvolvimento sustentável. A eficácia das políticas depende da capacidade do Estado de gerir essas responsabilidades de maneira transparente, eficiente e participativa, garantindo que as necessidades da população sejam atendidas e que a sociedade possa prosperar de maneira equitativa e sustentável.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Para compreender nosso objeto de estudo, utilizamos uma revisão de literatura ampla no material disponível nos principais sites de buscas acadêmicas na internet. Uma pesquisa qualitativa foi escolhida para permitir uma compreensão aprofundada das questões estudadas, considerando as perspectivas dos entrevistados como base de informações cruciais, legítimas e de vivência real do ocorrido. Segundo Silva & Menezes (2000, p. 20), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a

subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

O estudo exploratório segundo Gil (1987), aprimora as ideias ou descobre intuições, onde geralmente o estudo é exploratório quando há pouco conhecimento sobre o tema a ser abordado. Os dados presentes nos sites de busca referentes a atuação da CONAB e COBAL em Santarém são poucos, com isso, verificou-se a necessidade de complementar o desenvolvimento do trabalho com entrevistas e outros métodos de pesquisa.

Segundo Mattar (1999), as pesquisas descritivas compreendem grande número de métodos de coleta de dados compreendendo: entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, questionários pelo correio, questionários pessoais e observação. As entrevistas feitas no presente estudo foram realizadas de forma presencial e uma por vídeo chamada, onde houve a coleta de dados necessários para a realização do estudo.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas no dia 11 de setembro e no dia 10 de outubro de 2024. As entrevistas semiestruturadas facilitaram o diálogo e a obtenção de informações. Utilizou-se o modelo de aplicação de história oral. A história oral é uma metodologia de pesquisa que utiliza relatos pessoais e testemunhos orais como fontes primárias para a reconstrução de eventos passados. Essa abordagem valoriza as experiências e perspectivas de indivíduos que, muitas vezes, não estão representados em registros escritos tradicionais, oferecendo uma visão mais plural e rica dos acontecimentos históricos. A prática da história oral remonta ao século XX, com o crescimento de movimentos que buscavam recuperar as vozes de grupos marginalizados, como trabalhadores, mulheres, indígenas e minorias étnicas (THOMPSON, 2002).

A metodologia deve explicar não só os produtos da pesquisa, mas também seu processo, sendo capaz de gerar resultados frutíferos, além de seguir procedimentos rígidos (BRUYNE, 1991, p. 29). O roteiro de perguntas foi construído a partir da revisão da literatura e da falta de algumas informações nos canais digitais e de produção acadêmica sobre a especificidade do caso de Santarém-PA. Segundo Minayo (1993, p. 23), a pesquisa é vista como:

(...) a atividade fundamental das ciências em sua busca pela compreensão e descoberta da realidade. Trata-se de uma atitude e prática teórica de investigação constante, definida por um processo

intrinsecamente inacabado e contínua. É uma atividade de aproximação gradual da realidade, que jamais se esgota, unindo de forma única teoria e dados.

O roteiro de entrevista incluiu questões relacionadas a data de inauguração e de fechamento da COBAL e CONAB em Santarém, as principais atividades realizadas pelas instituições em Santarém ao longo dos anos de funcionamento, entre outras. As entrevistas foram realizadas presencialmente na residência de um dos participantes e com a Superintendente de forma online, garantindo um ambiente confortável e adequado para a realização das entrevistas. Cada entrevista teve duração média de 40 minutos e foi gravada com a autorização dos entrevistados. Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo.

As categorias de análise iniciais foram definidas com base no roteiro de entrevista, mas novos temas foram incluídos durante o processo, respeitando a natureza exploratória da pesquisa. Isso nos levou a aprofundar e ampliar a pesquisa para contemplar o papel da COBAL no abastecimento de Santarém. Para responder nossa pergunta, as entrevistas tiveram um papel fundamental.

Primeiro pensadas para nos oferecer informações sobre a CONAB, nos deparamos com uma ênfase pelos entrevistados na COBAL. Isso resultou em um aprofundamento na literatura sobre esta companhia, para compreendermos seu papel no abastecimento de Santarém, o que nos proporcionou responder a metade da pergunta.

Quanto a CONAB, as informações escassas oferecidas pelos dois primeiros entrevistados, que não atuavam em posições hierárquicas elevadas na companhia, nos mostraram uma mudança de perfil das atividades e ações quanto ao abastecimento, pois indicaram que os funcionários em níveis mais baixos não vislumbravam os objetivos práticos das atividades, que mudaram em relação a COBAL.

Através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos, procedimentos, benefícios e possíveis riscos envolvidos na pesquisa. Foi assegurado que a participação seria voluntária e que os participantes poderiam desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo. Para garantir que estivessem plenamente conscientes e de acordo com os termos, foi solicitado que

assinassem o TCLE, confirmando a sua participação voluntária e o conhecimento sobre a investigação.

4. CONHECENDO A COBAL E CONAB

A Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), criada em 1962, através do decreto de Nº 55.898 e extinta em 1990, foi um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura com a missão de estruturar e fortalecer o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros nas grandes metrópoles brasileiras. Essa iniciativa surgiu como resposta às intensas mudanças na base econômica e à crescente urbanização do país, especialmente a partir da década de 1960, quando o Brasil experimentava um rápido crescimento populacional urbano e uma transformação nas suas estruturas produtivas e logísticas (VILELA, 2006).

Nesse cenário, a cadeia de distribuição de alimentos enfrentava dificuldades para atender de forma eficiente à demanda crescente, o que resultava em escassez de produtos e elevação dos preços. Com a criação dos “hortmercados”, o governo tinha como objetivo reduzir os custos de movimentação e, conseqüentemente, os preços dos alimentos para os consumidores, além de garantir a oferta regular de produtos essenciais à população urbana (VILELA, 2006). Contudo, ao longo do tempo, a função inicial do COBAL foi progressivamente perdendo relevância.

Segundo os entrevistados Sr. Arlindo e Sr. Raimundo, o supermercado da Rede Somar, por exemplo, que fazia parte da estrutura estatal de varejo gerida pela Companhia, sofreu dificuldades para competir com os novos supermercados privados, que oferecem maior variedade de produtos e melhores condições comerciais. A limitação na diversidade de produtos oferecidos e a ineficiência do modelo estatal de distribuição resultaram no fechamento do Supermercado da Rede Somar.

Essa trajetória reflete as dificuldades enfrentadas pelo Estado brasileiro em gerenciar diretamente a comercialização de produtos alimentícios em um contexto de competição crescente com o setor privado, que se mostrou mais ágil e eficiente na adaptação às demandas do mercado.

No contexto brasileiro da época da criação da COBAL, era visível a ausência de políticas externas para a alimentação e a segurança alimentar. A

fome era tratada apenas como uma questão de saciedade, sem preocupações com a qualidade nutricional.

Famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente as marginalizadas, consumiam o que estava ao alcance, muitas vezes sem qualquer ênfase na qualidade nutricional, simplesmente pela urgência de preenchimento do vazio causado pela fome. Nesse cenário, a alimentação era vista como uma questão de sobrevivência, não de saúde. Hoje, a segurança alimentar é uma prioridade em muitas agendas governamentais. No Brasil foi instituída em 2010, através do decreto do Decreto n.º 7.272, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), mas os desafios remanescentes mostram o quanto essa questão exige atenção constante e ações coordenadas.

Na Amazônia, por exemplo, a insegurança alimentar é um problema complexo que afeta tanto populações urbanas quanto rurais da região, com implicações profundas para a saúde, a qualidade de vida e a sustentabilidade socioambiental. Este fenômeno está intimamente relacionado a uma combinação de fatores econômicos, sociais, ambientais e políticos que dificultam o acesso a alimentos adequados e nutritivos para uma grande parte da população.

No início da década de 1990, a COBAL é incorporada pela CONAB. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) foi criada pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, no artigo 19, inciso II. O Estatuto da CONAB foi aprovado pelo Decreto nº 2390, de 19 de novembro de 1997. A CONAB é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A sua atuação é regida por diversos outros documentos, como a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016.

Para fundamentar a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) oferece informações atualizadas sobre a produção agropecuária no Brasil. Essas informações são obtidas por meio de levantamentos periódicos sobre a previsão de safra, custos de produção e armazenamento, posicionamento de estoques e indicadores de mercado, além de estudos técnicos que permitem a análise da oferta e demanda de produtos agrícolas, entre outros dados relevantes. As pesquisas e os estudos realizados pela Conab são disponibilizados à sociedade

por meio do portal da Companhia, promovendo transparência e ampla divulgação de informações (CONAB, 2017).

Além de sua função técnica, a CONAB também é responsável pela execução de diversas estratégias de inclusão social pelo Governo Federal, com foco na geração de emprego e renda. Além disso, a Companhia desempenha um papel crucial na garantia da segurança alimentar e nutricional, especialmente para grupos vulneráveis, como aqueles em situação de insegurança alimentar, ou afetados por catástrofes climáticas e acidentes de grande escala.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) desempenha um papel crucial nas etapas de formulação, implementação e avaliação do ciclo de políticas públicas no Brasil, com destaque para as políticas relacionadas à agricultura, abastecimento e segurança alimentar. A CONAB contribui significativamente para essa fase ao fornecer dados e análises planejadas e atualizadas sobre a produção agropecuária, integração de safra, estoques e outros indicadores essenciais.

Essas informações servem como base para a criação de políticas públicas, auxiliando no planejamento de programas de apoio ao setor agrícola e na definição de estratégias voltadas para a garantia do abastecimento e da segurança alimentar no país (CONAB, 2023).

4.1 A Importância das Políticas Públicas realizadas em Santarém e a trajetória de Arlindo Soares Pereira e de Raimundo Ferreira da Silva como servidores da COBAL e CONAB

Para compreender a importância da COBAL e CONAB para as políticas públicas em Santarém-PA, utilizamos como estratégia a entrevistas aos ex-funcionários da companhia que residem no município. Isso se justifica pelo fato de que dados secundários sobre a atuação dessas empresas estatais no município de Santarém serem escassas. Em nossa revisão de literatura realizada nenhum material acadêmico foi encontrado sobre as duas companhias, com recorte para o município de Santarém.

A maior parte do material encontrado foi em jornais da região, com dados muito gerais. Portanto, recorreremos a entrevista de dois funcionários da COBAL e CONAB e da atual superintendente da CONAB no Pará, para obtermos uma maior riqueza de detalhes do cotidiano de atividade das companhias em

Santarém, seguindo uma entrevista previamente estruturada. Abaixo são destacados os pontos principais das entrevistas que nos ajudam a compreender e responder a pergunta do trabalho.

Entrevistamos dois ex-funcionários. Arlindo Soares Pereira ingressou na COBAL em 19 de março de 1979, ainda na fase inicial da empresa, quando era um órgão de grande relevância para a população carente. Ele começou como serviços gerais, atuando no depósito e no estoque. Durante sua carreira, Arlindo foi promovido a gerente do depósito e, posteriormente, transferido para Rurópolis. Ele trabalhou na COBAL até a transição para a CONAB onde continuou até o fechamento da unidade em Santarém em 2002. Raimundo Ferreira da Silva, outro colaborador da COBAL, ingressou como auxiliar operacional e, com o tempo, assumiu cargos de maior responsabilidade, como gerente, devido ao seu desempenho, entrou no ano de 1979 e permaneceu até o fechamento em 2002, já na CONAB.

A COBAL criada durante a ditadura militar, com o objetivo de combater a fome em regiões vulneráveis, estabelecendo polos de distribuição em locais estratégicos, como Itaituba, Fordlândia, Belterra, Rurópolis e Santarém. Era dividida em três órgãos: CFP, que administrava o dinheiro a comando do Banco do Brasil, sua função era comprar o produto e custear os gastos do agricultor que vendia para a COBAL. A Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenamento) era o armazém de distribuição, onde recebia e distribuía os produtos. E a COBAL que realizava a modalidade de vendas no varejo.

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a segurança alimentar foi impactada por políticas que buscavam modernizar a agricultura e aumentar a produção de alimentos, especialmente para a exportação. Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a questão da segurança alimentar foi um desafio importante, especialmente devido às complexas condições sociais e econômicas da época.

O regime adotou políticas voltadas para o crescimento econômico, com foco em grandes projetos de infraestrutura e na expansão das exportações. No entanto, isso resultou em um contexto em que muitos brasileiros, especialmente os mais vulneráveis, enfrentavam dificuldades no acesso a alimentos, em razão de fatores como inflação, desemprego e a concentração de renda (DUBEUX, 2013).

Embora o foco das políticas governamentais estivesse em outras áreas, como a modernização da economia e a estabilidade política, a alimentação e o bem-estar da população foram temas tratados de maneira secundária em termos de políticas públicas. A agricultura familiar e a produção local de alimentos, embora essenciais para a segurança alimentar, não receberam a devida atenção no contexto de grandes projetos agroindustriais voltados para o mercado externo. Isso levou a uma situação em que o acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente não era garantido para todos (FAUSTO, 1999).

No entanto, as políticas voltadas para a segurança alimentar nem sempre atenderam de maneira equilibrada às necessidades internas da população. A distribuição de alimentos era organizada por meio de programas voltados para atender as populações mais vulneráveis, mas desafios de acesso e desigualdade persistiram.

Arlindo Soares de Raimundo Ferreira em concordância com a definição das palavras falaram que “a COBAL era como um grande supermercado, onde era assim: o pobre tinha do bom e do melhor e comia do bom e do melhor”. Porém, após o governo de Collor (que iniciou em 1990 e terminou em 1992) o órgão foi simplificado e transformado em CONAB. Porém, os cargos não foram alterados com esta transição.

A companhia se destacou por oferecer produtos alimentícios a preços acessíveis e subsidiados, tanto naturais, como grãos, frutas e legumes, quanto alimento enlatados e processados, beneficiando especialmente as famílias de baixa renda. Os supermercados subsidiados pelo governo permitiram que pequenos comerciantes comprassem mercadorias a preços de atacado, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar na região.

O grande fluxo de pessoas fazia com que o trabalho operacional fosse ainda maior. A COBAL operava com 10 caixas para a venda de produtos, e mesmo assim não eram suficientes para atender a demanda. Seu horário de funcionamento era de 07:00h da manhã até as 11:00h da manhã, com fechamento para almoço e retorno as 14:00h da tarde com o seguimento de funcionamento até as 18:00h.

Figura 1 - Sede do CIRETRAN em Santarém, antigo edifício da COBAL.



Fonte: Weldon Luciano/Arquivo/G1, 2018.

A equipe da COBAL em Santarém era composta durante seu tempo de funcionamento, em média, por um gerente, dois conferentes e seis funcionários de serviços gerais. No entanto, com a transição para o governo Collor, a empresa passou por uma série de mudanças administrativas e estruturais que impactaram seu funcionamento. As atividades da COBAL foram paralisadas por cerca de seis meses, e problemas de pagamento começaram a surgir, levando a uma diminuição na qualidade dos serviços prestados. A COBAL tinha uma vasta gama de produtos, com aproximadamente 1.732 itens, incluindo alimentos e produtos de higiene. Segundo as palavras de Raimundo “o objetivo principal era atender às necessidades das populações mais carentes”.

A grande diversidade de produtos era um avanço na alimentação das pessoas da região, que por muito tempo não tiveram acesso regular. O que se plantava na região não era o suficiente para suprir o abastecimento de Santarém e região, segundo Raimundo. Logo, grande parte da mercadoria vinha de outros estados, como São Paulo e Goiânia.

Isso está de acordo com nossa revisão de literatura, visto que nas décadas de 1970 e 1980 houve uma grande expansão urbana, o que aumentou a dependência dessa população do mercado interno de alimentos. Ele destacou

que a situação da COBAL se deteriorou após a intervenção política, resultando em seu esvaziamento funcional e econômico.

As ações realizadas pela COBAL em Santarém, no comércio varejistas se enquadram no tipo de política distributiva, pois não fazem distinção as pessoas que são beneficiadas e nem redistribuem renda em favor de grupos específicos. Como era “um supermercado”, e apesar da ênfase dos entrevistados em afirmar que o público mais beneficiado eram as pessoas carentes, não era possível excluir outros grupos sociais do usufruto dos serviços de abastecimento propostos pela COBAL.

Com sede em Santarém, no estado do Pará, a CONAB foi fundada em 20 de agosto de 1992 e atuou por 31 anos. Sua principal atividade era o armazenamento de grãos. A companhia tinha a responsabilidade de formular e implementar políticas que garantissem o abastecimento de produtos agropecuários básicos, especialmente em situações de crise ou escassez, uma das suas principais funções seria a de servir a população mais carente.

Figura 2 - Almojarifado da Universidade Federal do Oeste do Pará em Santarém-PA, antigo armazém da CONAB.



Fonte: Autora, 2024.

Com o avanço da entrevista dos dois ex-funcionários, ficou patente que as funções da CONAB se tornaram cada vez mais afastadas do abastecimento direto da população mais geral, convergindo para atuar através da participação indireta em políticas públicas como o PAA, PGPM e com a participação em doações pontuais a população carente. É uma redução do escopo de suas atividades, de órgão que diretamente proporciona o abastecimento (COBAL), para um órgão engajado em políticas públicas mais gerais, que auxiliam no estímulo a agricultura familiar e compõem uma estrutura que auxilia na distribuição de alimentos, porém, não o faz diretamente e sim indiretamente a população, como é o caso do PAA.

Uma evidência dessa mudança de escopo, é a pouca informação que os entrevistados forneceram sobre a CONAB e suas atividades relacionadas diretamente aos consumidores finais ou a população. A atuação se tornou mais burocrática, logo os funcionários da hierarquia baixa e média não compreendiam por completo as atividades da CONAB. Não estamos aqui minimizando o papel de políticas como PAA, apenas realçando essa mudança de escopo, aderentes as políticas públicas redistributivas, como veremos adiante.

Quanto aos funcionários da CONAB, os que não aceitaram a transferência, tiveram dificuldade de negociar os valores referentes ao tempo de trabalho. É importante ressaltar que, dada a modernização da CONAB, nem todos os armazéns fecharam. Com relação a parcerias firmas entre a CONAB e outros órgãos, a pesquisa enfatizou a Prefeitura Municipal de Santarém.

O órgão não tinha vínculos diretos com a prefeitura, mas desempenhava um papel crucial na distribuição de cestas básicas para comunidades carentes. A quantidade de cestas distribuídas era calculada através de uma pesquisa prévia. Arlindo e Raimundo representam a trajetória de muitos dos trabalhadores que dedicaram suas vidas ao serviço público, enfrentando desafios e lutando por um sistema mais justo e acessível à população.

4.2 A participação da CONAB na segurança alimentar e em políticas públicas na cidade de Santarém, segundo a Superintendente da Companhia no estado do Pará, Rosana Vallinoto

A entrevista realizada com a Sra. Rosana ocorreu de forma virtual, com o intuito de coletar os dados necessários para a realização do estudo. Buscou-se

obter respostas para as seguintes perguntas: Qual a participação da CONAB do PAA em Santarém-PA? A CONAB desenvolve o PGPM em Santarém? Qual seu papel? Como a CONAB contribui com a segurança alimentar e nutricional em Santarém? Há algum escritório ou representante da CONAB no município? As respostas das perguntas acima serão expostas através de uma análise criteriosa, conforme as informações dadas pela Superintendente Sra. Rosana.

Conforme especificado por Rosana, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) está executando diversas propostas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Santarém, no estado do Pará. Atualmente, a CONAB atua nas seguintes iniciativas: A Unidade Receptora (UR) é composta pelas Obras Sociais da Diocese de Santarém e pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém. CCAMPO: A UR é a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém. COOPAFS: A UR é a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém. Através dessas ações, a CONAB viabiliza a distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, fortalecendo a rede de segurança alimentar no município.

A CONAB tem como uma de suas atribuições a execução do Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), cujo objetivo é regular o preço de mercado, especialmente em períodos de entressafra. Quando há uma grande oferta de um produto e o preço de mercado cai abaixo do valor mínimo garantido pelo governo, a CONAB realiza a compra desse produto, formando um estoque regulador.

Esse estoque pode ser vendido em leilões públicos para controlar os preços quando o valor de mercado estiver excessivamente alto, aumentando a oferta e, assim, promovendo a redução dos preços. Além disso, os produtos adquiridos podem ser utilizados para compor cestas de alimentos destinadas a situações de calamidade.

No entanto, atualmente, não há operações do PGPM em Santarém. Outro programa relacionado é o PGPM-Bio, que envolve o pagamento de subvenções para produtos extrativistas, sendo ativado quando o preço de mercado está abaixo do mínimo estipulado. Nesse caso, o governo paga a diferença entre o preço mínimo e o valor de mercado. Essa política é utilizada em momentos específicos, sendo ideal que não seja necessária, uma vez que isso indicaria uma avaliação de mercado favorável para o produto extrativo. Em Santarém, há

um pedido de subvenção no valor de R\$ 300 mil para a borracha.

A contribuição da CONAB para a segurança alimentar e nutricional em Santarém é significativa, especialmente por meio da execução do PAA. A Companhia fornece alimentos de qualidade, provenientes da agricultura familiar, com elevado valor nutricional, que são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar. Para que essa contribuição seja efetiva, é fundamental que as organizações fornecedoras apresentem propostas consistentes e que as unidades receptoras, sejam elas públicas ou privadas, estejam bem organizadas e com caráter socioassistencial. Assim, os alimentos chegam às pessoas cadastradas no CadÚnico e outras que se encontram em vulnerabilidade.

Embora a CONAB possua um imóvel em Santarém, com estrutura de armazenamento, as atividades foram desativadas durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Atualmente, esse imóvel está cedido à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e não há mais representação da Companhia no município.

É importante ressaltar que a CONAB não encerrou suas atividades em Santarém, houve apenas a interrupção das atividades de estrutura física, como armazenamento de estoque, por exemplo. Mas a PAA, PGPMbio, continuam sendo desenvolvidos normalmente. A Unidade Armazenadora antes do seu fechamento servia para o estoque, serviços de armazenagem, pesquisas de preços rápidas de produtos de mercado.

Assim, aglutinando o PAA e o PGPMBio, vemos que a CONAB desenvolve ações importante, não somente de abastecimento, como também de Desenvolvimento Rural.

Considerando o escopo da política pública com participação direta da CONAB, podemos observar que o tipo de política pública muda em relação ao COBAL. Nesta, observamos o tipo distributiva. Na CONAB, os benefícios das políticas públicas estão voltados para um grupo específico, ou seja, a Agricultura Familiar/extrativistas e as pessoas em vulnerabilidade que recebem assistência das Unidades Receptoras – que são qualificadas como instituições de assistência social, públicas ou privadas.

Sendo assim, tanto o PAA como PGPMbio, podem ser enquadradas como políticas públicas do tipo redistributivas. Isso explica a mudança de escopo das

ações da COBAL para a CONAB no que se refere ao abastecimento em Santarém.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CONAB, ao se afastar de regiões onde o mercado de alimentos se desenvolveu de forma autossuficiente, como em Santarém, o que foi preconizado pela sua política de modernização que citamos na nossa revisão de literatura, passou a concentrar suas ações em políticas públicas mais específicas e redistributivas, como as compras institucionais do governo, exemplificadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e pela Garantia de Preços Mínimos (PGPM e PGPMbio).

Essas iniciativas têm um perfil importante direcionado a incentivar a produção agrícola e extrativista, voltadas para apoiar pequenos produtores e garantir a estabilidade. E no caso do PAA, complementarmente, atuar na segurança alimentar e nutricional de grupos vulneráveis, especialmente nas áreas urbanas.

Diferentemente do papel desempenhado pela COBAL, que tinha como foco a comercialização direta de produtos subsidiados para consumidores finais, a CONAB não opera diretamente, isto é, como último elo, proporcionando alimento a população. Enquanto a COBAL visava atender a população urbana por meio de subsídios para reduzir o preço de alimentos básicos, a CONAB atua mais como uma agência de regulação e integrante da cadeia complexa de políticas públicas voltadas a agricultura familiar e ao abastecimento.

O foco da CONAB está em mecanismos indiretos que incentivem a produção rural e garantam o abastecimento, além de garantir preços mínimos aos produtores, sem a atuação direta na comercialização de alimentos para o público. Como podemos concluir, essas políticas têm uma grande importância para as estratégias de desenvolvimento rural.

Dentre as iniciativas implementadas, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) se destaca como uma ferramenta crucial para atenuar as oscilações de renda dos agricultores, assegurando uma remuneração mínima. Essa política atua como uma "balizadora" da oferta de alimentos, estimulando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional (CONAB, 2023). No âmbito do PGPM, a CONAB realiza análises de

mercado, avaliando a oferta e a demanda tanto nacional quanto internacional.

Essa análise é complementada por planos de abastecimento e pela Proposta de Preços Mínimos, um documento técnico fundamental para a discussão e definição de preços entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério da Economia (ME) e o Conselho Monetário Nacional (CMN). Infelizmente, como identificado na entrevista, o PGPM apesar da sua importância, não é executado em Santarém.

Somente uma vertente específica do PGPM voltada para produtos extrativistas, chamada Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMbio) tem relevância em Santarém. Essa modalidade visa proteger o meio ambiente e contribuir para a redução do desmatamento, ajudando a minimizar os efeitos das mudanças climáticas e garantindo a renda das comunidades extrativistas.

Essas comunidades possuem formas únicas de organização social, utilizando e gerenciando seus territórios e recursos naturais para preservar sua cultura, tradições e modos de vida. Através do uso de conhecimentos e práticas transmitidos ao longo das gerações, elas se tornam agentes ativos na conservação ambiental (CONAB, 2023).

Ao regular a oferta e a demanda de produtos agrícolas, a CONAB fortalece a estabilidade econômica do setor, o que é vital para um país cuja economia depende fortemente da agricultura, como é o caso do Brasil. As ações da CONAB estão integradas a outras políticas públicas relacionadas à agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural, resultando em uma abordagem coordenada e eficaz para o desenvolvimento do setor agrícola.

Neste ponto, a CONAB avança em relação a COBAL, pois busca incentivar a produção e compra da agricultura familiar e desenvolver seu potencial no local. A COBAL, pelo relato dos entrevistados, se destinava a garantir o abastecimento, independente da origem dos produtos.

Os resultados da pesquisa sobre a atuação da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em Santarém revelam diversas facetas da evolução das políticas públicas de abastecimento no Brasil, destacando as contribuições, desafios e transferências.

A COBAL, criada em 1962, teve um papel fundamental na estruturação do abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros nas grandes metrópoles,

respondendo à crescente urbanização e à necessidade de garantir alimentos à população carente. As entrevistas com ex-servidores, como Arlindo Soares Pereira e Raimundo Ferreira da Silva, indicam que uma empresa operava como um "grande supermercado" acessível, onde as famílias de baixa renda podiam adquirir produtos alimentícios de qualidade a preços subsidiados. O testemunho de Raimundo, afirmando que a COBAL oferece "o bom e o melhor" para a população carente, destaca a relevância da Companhia.

No entanto, o fechamento da COBAL em Santarém, após a transição para a CONAB, revelou fragilidades do modelo estatal de distribuição diante da crescente concorrência do setor privado. A pesquisa evidenciou que, após a criação da CONAB, as políticas de abastecimento mudaram, passando a se concentrar em ações específicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Garantia de Preços Mínimos (PGPM), abandonando o modelo de abastecimento direto. Assim, o abastecimento em Santarém passou por mudanças estratégicas desde a década de 1970, representadas pela mudança do tipo de política pública: com a COBAL tínhamos políticas distributivas e com a CONAB políticas do tipo redistributivas.

Portanto, uma conclusão importante do trabalho é que em condições relativamente normais e comparando ao período de existência da COBAL, o abastecimento em Santarém se tornou regulado demasiadamente pelo mercado, como preconiza os objetivos da modernização da CONAB em curso e que resultou no fechamento de seu Armazém em Santarém.

A CONAB atuaria, portanto, com públicos específicos, como os que são atendidos pelo PAA e PGPMbio em Santarém, como preconizado pelas políticas públicas redistributivas. Destacamos três pontos aqui: 1) A estratégia de não ter uma estrutura estatal mais próxima ao consumo final, como ou similar a COBAL, reduz a capacidade do Estado em responder as crises de abastecimento do mercado interno. O mercado orienta suas atividades pela vantagem do lucro das empresas e não pela segurança alimentar e nutricional das famílias brasileiras. Isso pode ter sido agravado em Santarém pelo fechamento do armazém da CONAB, fragilizando ainda mais o sistema especialmente em tempos de crise, como os enfrentados com a COVID-19 e as secas que se acumulam nos dois últimos anos (2023 e 2024).

Dessa forma, o trabalho deixa o seguinte questionamento para futuras

pesquisas: o quanto é imperativo a presença física da CONAB em Santarém para um enfrentamento mais ágil e eficiente dessas crises, como através das ações de atendimentos emergenciais e humanitários já instados em seu repertório? Infelizmente, com os dados disponíveis não tivemos como responder esse questionamento extremamente relevante em tempos de crise climática aguda na região. Deixamos esse questionamento para instigar novas pesquisas para compreender mais profundamente o Papel da CONAB nas repostas emergenciais a esse tipo de calamidade pública.

2) A COBAL tinha uma atuação mais próxima ao consumo final, enquanto a CONAB é mais uma intermediária na efetivação das políticas públicas de abastecimento. 3) A CONAB por sua vez é uma instituição chave no desenvolvimento rural, visto que privilegia a produção, compras e preços locais em benefício da agricultura familiar (outra política importante fora da CONAB é o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar), mesmo que isso ainda represente deixar a cargo do mercado (em momentos de normalidade) o modo como uma dimensão enorme dessa produção familiar deve chegar aos lares das famílias, ou seja, o modo como deve ser regulada a oferta e a demanda dos produtos da Agricultura familiar.

Os desafios enfrentados pela COBAL, incluindo problemas administrativos, financeiros e políticos, também foram evidentes. As entrevistas indicaram que, após a intervenção política e a implementação de novas diretrizes sob o governo Collor, a qualidade dos serviços da COBAL piorou. Os relatos sobre a dificuldade de negociação dos direitos trabalhistas dos funcionários demitidos evidenciam as consequências sociais dessa transição.

A pesquisa também destacou a importância das políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional, que se tornaram uma prioridade nas agendas governamentais ao longo dos anos. A mudança na percepção da alimentação, que passou de uma questão de sobrevivência para uma questão de saúde, reflete uma evolução nas políticas de segurança alimentar no Brasil.

Embora a COBAL/CONAB tenha se afastado do consumo final, seu papel como fomentadora da produção da Agricultura familiar e assistência a vulneráveis se transformou em um importante instrumento de promoção da segurança alimentar e nutricional de forma regular e contínua na região. As ações da CONAB são complementadas ainda com sua função em fornecer

dados e análises para a formulação de políticas públicas.

Os resultados mostram que a atuação da CONAB em Santarém, por meio do apoio à agricultura familiar, população vulnerável (através do PAA) e da implementação de políticas de preços mínimos, continua a ser relevante para a segurança alimentar e para incentivo a valorização de produtos da floresta.

A pesquisa sublinha que a falta da distribuição estatal direto e emergencial pode agravar a situação de insegurança alimentar em algumas regiões, como em Santarém, durante calamidades públicas, como no período de seca de 2023-2024. Em setembro de 2024, para minimizar os impactos da intensa estiagem, a Prefeitura de Santarém, no oeste do Pará, decretou emergência nas áreas urbanas, rurais e ribeirinhas.

Através do decreto de Nº 583/2024, autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais e voluntários, além da realização de campanhas de arrecadação de recursos, principalmente alimentos e água potável (PORTAL G1 SANTARÉM).

Figura 3 - Matéria G1 Santarém sobre a situação emergencial em Santarém



The image is a screenshot of a news article from G1 Santarém. The header is red with the G1 logo and 'SANTARÉM E REGIÃO' text. The main headline reads: 'Para minimizar os impactos da seca, Prefeitura decreta situação de emergência em Santarém'. Below the headline, it states: 'Decreto Nº 583/2024 foi publicado e entrou em vigor na segunda (17). Medidas são válidas tanto para a zona urbana quanto para a zona rural e área de rios.' The author is 'Por Dominique Cavaleiro, g1 Santarém e Região' and the date is '18/09/2024 10h10 - Atualizado há 4 semanas'. There are social media sharing icons for Facebook, WhatsApp, and a general share icon. Below the text is a photograph showing a dry, brown landscape with a small, shallow pond in the background. The photo is credited to 'Foto: Adriana Marinho/TV Tapajós'.

Fonte: G1 Santarém.

A CONAB teria um papel de suma importância no auxílio da segurança alimentar das famílias afetadas pela seca extrema? Teria sido mais ágil a

assistência, caso tivesse um escritório em Santarém? São questões que infelizmente ficarão em aberto e para reflexões futuras.

As políticas públicas podem ser compreendidas a partir de diferentes conceitos, tipos e ciclos. De forma geral, políticas públicas são ações governamentais que buscam atender às demandas da sociedade, orientadas por objetivos claros e sustentadas por normativas e regulamentações. No contexto da COBAL e da CONAB, essas políticas se enquadram em duas categorias principais: as políticas de segurança alimentar e as políticas de fomento à agricultura familiar.

A COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos) foi uma empresa estatal brasileira criada em 1975, com o objetivo de coordenar e controlar a distribuição de alimentos no país, atuando para regular mercados agrícolas e garantir a segurança alimentar. As políticas públicas que se aplicavam à COBAL envolviam o contexto da segurança alimentar e do abastecimento, em particular nos períodos de crise econômica e inflação alta nas décadas de 1970 e 1980. A COBAL foi criada durante o regime militar para garantir o abastecimento de alimentos, regular preços e evitar a escassez de produtos essenciais. Nesse ciclo, a política pública focava no fortalecimento do papel do Estado como regulador e distribuidor de alimentos. Seus instrumentos de auxílio se baseavam em subsídios aos produtores rurais, controle de preços, criação de armazéns para estocar alimentos e uma rede de supermercados populares.

As políticas públicas são fundamentais para implementar mudanças sociais e atender às necessidades da população em áreas como saúde, educação e segurança alimentar. A definição dessas políticas varia conforme diferentes abordagens, como as estatistas, que consideram as políticas públicas como monopólio do Estado, e as multicêntricas, que reconhecem a participação de atores não estatais, como organizações privadas e a sociedade civil (BECKER, 2005).

Além disso, as políticas públicas podem ser classificadas em tipos como distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas, que visam atender a diferentes demandas da sociedade, como redução de desigualdades ou o estabelecimento de normas para proteger o interesse público (RUA, 2013).

O papel do Estado na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, incluindo as de segurança alimentar, é fundamental. A

CONAB, ao fornecer dados atualizados e análises técnicas, contribui significativamente para a criação de políticas públicas eficazes, visando garantir o abastecimento alimentar e a segurança nutricional, especialmente para grupos vulneráveis (CONAB, 2023). Essas políticas devem ser dinâmicas e adaptáveis, a fim de responder às necessidades emergentes e garantir a justiça social e o bem-estar da população.

Na década de 1980, com a crise da dívida externa e a hiperinflação, o papel da COBAL se intensificou no controle dos preços dos alimentos, com a função de evitar que itens essenciais sofressem grandes aumentos. A COBAL participava na formação de estoques reguladores, distribuindo produtos a preços controlados, além de fornecer alimentos para programas sociais e cestas básicas.

Durante o governo de Fernando Collor e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, houve um movimento de reestruturação das estatais, com políticas públicas de desestatização. A COBAL foi extinta em 1990 e suas funções foram transferidas para a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), que assumiu parte de suas responsabilidades de regulação e controle. Seus instrumentos de base foram a reestruturação administrativa, a privatização de ativos e transferência de funções estratégicas para a CONAB.

Esses ciclos refletem a evolução das políticas públicas voltadas para o controle e regulação do mercado de alimentos no Brasil e o papel da COBAL/CONAB como um instrumento do Estado para enfrentar crises econômicas e sociais, especialmente relacionadas ao abastecimento alimentar.

A atuação da COBAL/CONAB no Brasil exemplifica a importância de um planejamento estratégico e de uma gestão integrada no desenvolvimento de políticas públicas. A análise crítica das suas iniciativas permite não apenas compreender os desafios enfrentados, mas também as oportunidades para a promoção da segurança alimentar e do fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para a construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável.

Em síntese, a CONAB é um agente central nas políticas públicas de alimentação, desempenhando um papel vital na articulação entre a produção agrícola e a segurança alimentar, o que reflete a complexidade e a relevância das políticas públicas na promoção do bem-estar social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. M., & MOURA, C. T. **Impactos das mudanças climáticas na agricultura e segurança alimentar da Amazônia**. Revista Brasileira de Climatologia, 2021.

ARAÚJO, M. L. **Políticas de Segurança Alimentar no Brasil: História e Desafios**. *In*: Revista Brasileira de Política Pública, v. 12, n. 3, 2021.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. *In*: Estudos Avançados. São Paulo, v. 19, n. 53, 2005, p. 71-86.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.154, de 01 de março de 1971**. Estabelece a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) baseada na Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB), adapta a Tarifa Aduaneira a referida Nomenclatura e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1 mar., 1971.

BRASIL. **Medida Provisória nº 203, de 02 de agosto de 1990**. Dispõe sobre a aplicação financeira de recursos recolhidos ao FNDE, e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Políticas Públicas Em Dez Passos**. Brasília. Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Insegurança alimentar no Brasil: Desafios e soluções para populações vulneráveis**. Brasília, 2020.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas: Reflexões Sobre O Conceito Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRUYNE, Paul de. Et al. **Dinâmica Da Pesquisa Em Ciências Sociais: Os Polos Da Prática Metodológica**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN 2016-2019**. Brasília, DF: MDSA, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf. Acesso em 18 de agosto de 2024.

CAVALEIRO, Dominique. **Para Minimizar Os Impactos Da Seca, Prefeitura Decreta Situação De Emergência Em Santarém**. Portal G1. Santarém, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2024/09/18/para-minimizar-os-impactos-da-seca-prefeitura-decreta-situacao-de-emergencia-em-santarem.ghtml>. Acesso dia 09 de setembro de 2024

CONAB. **Análise Econômica: Políticas de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade**. *In*: Compêndio de Estudos da CONAB, v. 23, 2020.

CONAB. **Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN.T.** 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/auditorias/paint-e-rain/tema/20375-relatorio-anual-rain-2022>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

CONAB. **Relatório de Gestão do Exercício de 2011.** Belém-PA, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia/2011/conab-sureg-pa.pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.

CONAB. **Relatório de Gestão de Exercício 2023.** Brasília: Conab, 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/auditorias/relatorio-de-gestao/item/23676-relatorio-de-gestao-2023>. Acesso em: 16 de agosto de 2024.

CONAB. **Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Conab – PETI 2021 a 2024.** 2020. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/Tecnologia_Informacao/PETI_2021-2024.pdf. Acesso em: 03 de outubro de 2024.

CONAB. **Processo De Modernização Prevê Desmobilização De 27 Unidades Da Rede.** 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/2907-processo-de-modernizacao-preve-desimobilizacao-de-27-unidades-da-rede-armazenadora#:~:text=O%20plano%20de%20desimobiliza%C3%A7%C3%A3o%20que,devem%20ser%20desligadas%20da%20rede>. Acesso em: 4 de outubro de 2024.

CONAB. **Mapa Estratégico 2019-2024.** In: Estratégia de Longo Prazo: 2019-2014. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/gestao_estrategica/Mapa-Estrategico-2019-2023.pdf. Acesso em: 29 de agosto de 2024.

DUBEUX, J. **Segurança alimentar no Brasil: uma análise da evolução histórica e das políticas públicas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

EMBRAPA. **Temas: Agricultura Familiar.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 14 de setembro de 2024.

EMBRAPA. **Políticas Públicas Para a Agricultura Familiar.** In: Temas: Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FARIAS, F. S., & SANTOS, J. A. **Desmatamento e insegurança alimentar na Amazônia: Desafios para a sustentabilidade.** Revista de Estudos Amazônicos, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZAGA, Danilo. **O Ciclo Das Políticas Públicas**. Minas Gerais: UNALE, 2023. Disponível em: <https://unale.org.br/o-ciclo-das-politicas-publicas/>. Acesso em 24 agosto. 2024.

IBGE. **Agricultura Familiar**. In: Atlas do Espaço Rural Brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa Em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOURA, Debora. **Gestão Estratégica da Conab: Avanços e Oportunidades de Melhorias**. 2013. 64f. Monografia, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2013.

OLIVEIRA, P. **O Papel Da CONAB Na Agricultura Familiar: Uma Análise Crítica**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 29, n. 1, 2022.

PAOLI, M. **A Ditadura e a Alimentação: Um Estudo das Políticas Alimentares no Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2001.

RICCI, A. Et al. **Políticas Públicas: Teoria e Prática**. Editora X, 2020.

RUA, Maria das Graças. **Para Aprender Públicas: Conceitos e Teorias**. vol. 1. IGEP, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4ª ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, J. R. **A Atuação Da CONAB Na Segurança Alimentar: Desafios E Perspectivas**. In: Estudos Avançados, v. 35, n. 101, 2021.

SILVA, R. R. et al. **Insegurança alimentar e o contexto das comunidades tradicionais da Amazônia**. Revista Brasileira de Agroecologia, 2022.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WASELFISZ, J. **História social da alimentação no Brasil: entre o controle e a inclusão**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SUPERINTENDENTE

- 1) Qual a participação da CONAB do PAA em Santarém-PA?
- 2) A CONAB desenvolve o PGPM em Santarém? Qual seu papel?
- 3) Como a CONAB contribui com a segurança alimentar e nutricional em Santarém?
- 4) Há algum escritório ou representante da CONAB no município?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO TRABALHADORES DA CONAB

Data: ___/___/_____

Hora: ___:___

- 1) Nome do Entrevistado:
- 2) Função que exercia na CONAB?
- 3) Quem eram as pessoas de seu grupo de trabalho na CONAB? (Nomes e contatos)
- 4) Qual a data de inauguração e de fechamento da CONAB em Santarém?
- 5) Descreva sua história com a CONAB?
- 6) Quais eram as principais atividades realizadas pela CONAB em Santarém ao longo dos anos de funcionamento?
- 7) Tinha algum projeto ou ação em parceria com a Prefeitura de Santarém? Governo do Estado? (Nome do projeto, ano e objetivo)
- 8) Alguma política pública em especial era de responsabilidade da CONAB?
- 9) Internamente, entre os funcionários, se comentava algum impacto negativo do fechamento da CONAB para a cidade de Santarém, relacionado a produção agropecuária, em especial, a agricultura familiar? Na comercialização? Nas Políticas públicas?
- 10) O que aconteceu com os servidores federais da Conab?
- 11) Há algum relatório escrito de atividades da Conab em Santarém que tenha acesso público?
- 12) Possui fotos? Pode compartilhar?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: KAMILA FIGUEIRA REGO CPF: 043.203.832.90
RG: 7985977 Telefone: (93) 93991285276
 E-mail: kamilarego123@gmail.com

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto? () Sim () Não

2. Identificação da obra

() Monografia () TCC () Dissertação () Tese () Artigo científico () Outros: _____
 Título da obra: A CONTRIBUIÇÃO DA COBAL E CONAB PARA O ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTARÉM-PA

Programa/Curso de pós-graduação: _____

Data da conclusão: 10 / 01 / 2025

Agência de fomento (quando houver): _____

Orientador: LUIZ GONZAGA FEIJAO DA SILVA

E-mail: luiz.silva@ufopa.edu.br

Co-orientador: _____

Examinadores: INAILDE CORREIA DE ALMEIDA / ELEN CRISTINA DA SILVA PESSOA

3. Informação de disponibilização do documento:

O documento está sujeito a patentes? () Sim () Não

Restrição para publicação: () Total () Parcial () Sem restrição

Justificativa de restrição total*: _____

4. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à U.fopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 29 / 01 / 2025



Documento assinado digitalmente
 KAMILA FIGUEIRA REGO
 Data: 29/01/2025 14:55:04-0300
 Verifique em <https://validar.flgov.br>

5. Tramitação no curso

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em ___ / ___ / ____ Responsável: _____

Siape/Carimbo